



PARECER JURÍDICO - MATÉRIAS DIVERSAS

Objeto: impugnação edital

EMENTA: impugnação edital
pregão presencial,
requisitos de ampliação e
participação, tempestividade
do recurso.

Chega até essa assessoria, para parecer jurídico, impugnação a edital de licitação, tipo pregão presencial, onde o impugnante, a empresa P&P COMÉRCIO DE VEÍCULOS E REPRESENTAÇÕES EIRELI - EPP pretende ver modificado o edital em alguns pontos.

Fundamenta alegando em posição doutrinária e jurisprudencial, trazendo seus argumentos para o conhecimento e procedência dos pedidos.

Passamos a analisar a impugnação.

Primero ponto que merece análise ao recebermos um recurso é sua tempestividade.

Pelo que vemos o mérito do presente recurso não merece sequer análise por ter a impugnação sido protocolada fora do prazo previsto na Lei 8.666.

Para o licitante, o prazo para impugnação do edital é de até 2 (dois) dias úteis antes da abertura dos envelopes. Quanto ao Pregão, na modalidade presencial, o prazo é de 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, e cabe ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 horas. Já na modalidade eletrônica, o prazo é o mesmo, de 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão pública, e a decisão cabe ao Pregoeiro juntamente com a comissão responsável pela elaboração do edital.

Ao que vemos o prazo para abertura dos trabalhos é dia 17 de agosto, sendo que o recurso foi protocolado no dia 13 de agosto, ou seja, completamente intempestivo.

Vale transcrever:

Vejamos um trecho do comentário de Ricardo Silva das Neves
Publicado em 05/2010 no JUS NAVIGANDI:

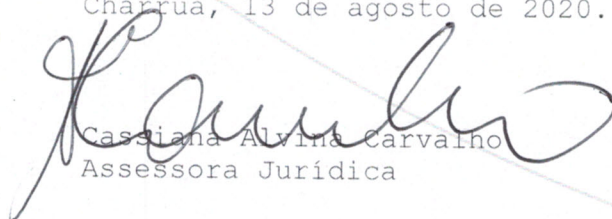
(...) se o parágrafo segundo do artigo 41 da Lei nº 8.666/93 determina de modo expresso que o licitante deve protocolar sua impugnação ao edital ATÉ o segundo dia útil que anteceder a abertura do certame, isso significa que o documento pode ser apresentado inclusive durante o transcorrer do segundo útil anterior ao início da licitação. A utilização do termo "até" nos comandos normativos em referência traz, evidentemente, o entendimento de que no segundo dia anterior à abertura do certame ainda se mostra possível apresentar o pedido de impugnação ao edital eventualmente contestado.

Um exemplo didático para o caso: se a licitação possui data de abertura marcada para o dia 11/06/2010 (sexta-feira) e levando-se em conta que os dias 09 e 10/06 são considerados como úteis pela entidade licitante, o prazo fatal para interposição da impugnação ao edital findar-se-á no dia 09/06/2010 (quarta-feira). Como a licitação terá sua abertura em 11/06/2010, o dia 10/06/2010 (quinta-feira) é considerado o primeiro dia útil que antecede ao efetivo início da sessão de entrega de envelopes. Por consequência lógica, o dia 09/06/2010 é o segundo dia útil anterior à abertura da licitação. Sendo assim, de acordo com a norma vigente, o edital poderá ser impugnado até o segundo dia útil anterior à abertura da licitação, ou seja, o dia 09/06/2010.

O Tribunal de Contas da União já acolheu tal entendimento. No Acórdão nº. 1/2007 (processo TC 014.506/2006-2) o TCU entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 22/11/2005 (terça-feira) em face de um pregão que teria abertura em 24/11/2005 (quinta-feira). Do mesmo modo, através do Acórdão nº. 382/2003 (processo TC 016.538/2002-2) entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 27/9/2002 (sexta-feira) em face de uma licitação que ocorreria em 1/10/2002 (terça-feira).

Destarte, esta assessoria apresenta parecer no sentido do **NÃO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO POR COMPLETA INTEMPESTIVIDADE.**

Charrua, 13 de agosto de 2020.



Cassiana Alvina Carvalho
Assessora Jurídica